



DO CASO ÂNGELA DINIZ ÀS OCUPAÇÕES DE MULHERES: FEMINISMO CLASSISTA, POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO À CIDADE EM CABO FRIO

DEL CASO ÂNGELA DINIZ A LAS OCUPACIONES DE MUJERES: FEMINISMO CLASISTA, POLÍTICAS PÚBLICAS Y EL DERECHO A LA CIUDAD EN CABO FRÍO

Isabela Baptista Moraes Arruda de Oliveira ¹ , Joseane de Souza ² , Mayara Xavier Moraes ³ .

Resumo - Este artigo tem como objetivo compreender o papel do Movimento de Mulheres Olga Benário na luta pelo direito à cidade e políticas públicas de Cabo Frio, a partir da experiência da Casa de Referência Inês Etienne Romeu, ocupada em 2023. Busca analisar como o feminicídio de Ângela Diniz, ocorrido na região em 1976, que reverberou em todo país, mas principalmente no estado fluminense, servindo de ponto de partida para a reflexão sobre a construção de resistências populares diante das violências sofridas pelas mulheres. A pesquisa é orientada por uma abordagem qualitativa, construída por meio da análise documental e da observação participante. O Estado brasileiro atua de forma seletiva e racista, negando o acesso à cidade para mulheres, negras, mães e pobres. Diante disso, a ocupação da Casa Inês se apresenta como enfrentamento direto à violência e como prática de cuidado coletivo. Consideramos que a organização das mulheres em espaços como este desafia as estruturas do capital.

Palavras-chave: ocupação urbana, direito à cidade, política de gênero, interdisciplinaridade, movimentos sociais.

Resumen - Este artículo tiene como objetivo comprender el papel del Movimiento de Mujeres Olga Benario en la lucha por el derecho a la ciudad y las políticas públicas en Cabo Frío, a partir de la experiencia de la Casa de Referencia Inês Etienne Romeu, ocupada en 2023. Busca analizar cómo el feminicidio de Ângela Diniz, ocurrido en la región en 1976, que repercutió en todo el país, pero principalmente en el estado de Río de Janeiro, sirvió como punto de partida para la reflexión sobre la construcción de resistencias populares frente a las violencias sufridas por las mujeres. La investigación está orientada por un enfoque cualitativo, construido mediante el análisis documental y la observación participante. El Estado brasileño actúa de forma selectiva y racista, negando el acceso a la ciudad para mujeres, negras, madres y pobres. Ante esto, la ocupación de la Casa Inês se presenta como un enfrentamiento directo a la violencia y como una práctica de cuidado colectivo. Consideramos que la organización de las mujeres en espacios como este desafía las estructuras del capital.

Keywords: ocupación urbana, derecho a la ciudad, política de género, interdisciplinariedad, movimientos sociales.

¹ Mestranda em Políticas Sociais do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PPGPS-Uenf) e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

² Doutora e mestre em Demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF).

³ Doutoranda e mestre em Políticas Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PPGPS-Uenf).

1 Introdução

A violência contra a mulher tem sido reconhecida como um grave problema social e o feminicídio⁴ vem se destacando, no país, como uma importante causa de morte de mulheres de todas as faixas etárias. Segundo o Ipea (2025), no Brasil o feminicídio vem aumentando ininterruptamente, pelo menos desde 2013. De acordo com o referido Instituto, entre 2013 e 2023, 47.463 mulheres foram assassinadas no Brasil, ressaltando-se que somente em 2023, foram registrados 3.903 óbitos de mulheres vítimas de homicídio, “o que equivale a uma taxa de 3,5 mulheres por grupo de 100 mil habitantes do sexo feminino”. De acordo com Ramos et al (2025, p. 5), “foram 4.181 eventos de violência contra mulheres, registrados em 2024, um aumento de 12,4% em relação a 2023⁵ (...) 11 mulheres são vítimas de violência a cada 24 horas no país”. Além desses números alarmantes, é importante salientar que de 2023 para 2024 houve um crescimento de 0,8% dos casos de feminicídio e que no biênio anterior, o aumento foi de 6,1% (Ipea, 2025).

Na contramão desta tendência, e fortalecendo-a, no Brasil as políticas sociais direcionadas ao combate à violência contra a mulher têm sofrido, desde 2016, um forte desmonte. Segundo (Tokarski et al, 2023), o primeiro ciclo do desmonte (2016-2018) foi marcado pelo enfraquecimento – com perda de orçamento e de status ministerial (que por sua vez representa perda de prestígio político e institucional) – da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM); e o segundo (2019-2020), pelo desmantelamento das políticas para as mulheres. O retrocesso foi tão grande que os autores concluem que o “que assistimos é a volta ao paradigma de ação do Estado concentrada em um único órgão (SNPM) e em uma única pauta (violência) desenvolvida a partir de uma única abordagem (combate), da mesma forma com que a agenda era tratada no início dos anos 2000 (Tokarski et al, 2023).

Apesar de o atual governo investir mais em políticas de gênero, comparativamente a seus antecessores (Temer e Bolsonaro), os valores realmente investidos permanecem relativamente baixos. Para se ter uma ideia, em 2024, dos R\$ 219,3 milhões empenhados para serem gastos com políticas de gênero, os programas “Mulher viver sem violência” e “Autonomia econômica das mulheres”, do Ministério das Mulheres, receberam e gastaram, juntos, R\$26,13 milhões, ou seja, apenas em torno de 12% do valor total empenhado. Para a execução da política “Casa da Mulher Brasileira”, que assiste mulheres em situação de violência e as encaminha para unidades de saúde, atendimentos socioassistenciais e abrigos, o Programa “Mulher viver sem violência” dispunha de um orçamento de R\$ 41,66 milhões, dos quais absolutamente nada foi aplicado (UOL, 2025).

Com a falta de investimentos em políticas sociais em relação à violência de gênero, os movimentos sociais e de mulheres se organizam para questionar essa ausência e cobrar soluções. E ainda mais, se desafiam para que com as próprias mãos, possam dar algum tipo de solução. Nesse cenário de arrefecimento das políticas de gênero para mulheres, os movimentos feministas assumem papel crucial na defesa dos direitos e na promoção da igualdade de gênero, adotando diferentes estratégias.

Uma estratégia ativista, de particular interesse para este trabalho, é o movimento feminista de ocupação pelo direito das mulheres, o qual emergiu no Brasil em 2011, mas sua primeira ocupação em 2016 e que, mais recentemente, vem atuando no sentido de: (i) defender o direito das mulheres; (ii) criar espaço para as mulheres dentro dos movimentos sociais tradicionais; (iv) promover a participação política feminina; e, inclusive, (v) abrigar mulheres vítimas de violência, sobretudo as mais vulneráveis. O Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, movimento de luta por moradia digna e o Movimento de Mulheres Olga Benário, movimento feminista, lutam por políticas públicas que deem conta de atender a demanda real da sociedade. Neste estudo abordaremos especificamente a ocupação conhecida

⁴A morte de mulher por razões da condição do sexo feminino (...) configurado quando o crime acontece em contexto de violência doméstica ou quando envolve menosprezo ou ódio à condição de mulher.

⁵Parte desse aumento deve-se à incorporação, em 2024, do Estado do Amazonas, na rede do observatório.

como Casa de Referência Inês Etienne Romeu, feita pelo Movimento de Mulheres Olga Benário, a qual vem desempenhando importante papel no combate à violência contra a mulher, em Cabo Frio/RJ, município fluminense com alto índice de feminicídio.

Este artigo que tem como objetivo geral analisar a mudança das características dos movimentos sociais feministas e fazendo um sobrevôo pelas principais ferramentas de lutas para o combate contra a violência de gênero utilizadas pelos movimentos sociais, desde o emblemático caso de Ângela Diniz, em 1976, até a Casa de Referência Inês Etienne Romeu. Encontra-se dividido em cinco seções, além desta de caráter introdutório. Na segunda seção, será relatado o feminicídio de Ângela Diniz, por ser considerado o marco do início dos movimentos feministas no Brasil; na terceira, serão apresentadas considerações sobre o movimento “Quem ama, não mata”, considerado o primeiro movimento feminista do país. Na quarta seção trataremos do Movimento de Mulheres Olga Benário que organiza ocupações urbanas em todas as regiões brasileiras; na quinta, analisaremos especificamente a Casa de Referência Inês Etienne Romeu, de Cabo Frio/RJ e na sexta apresentaremos as referências utilizadas para o desenvolvimento do trabalho.

2 Metodologia

Este artigo foi produzido a partir do resgate de casos emblemáticos de feminicídios no país, trazendo com mais profundidade o de Ângela Diniz, cujo assassinato, em 1976, demarca um momento importante na história do movimento de mulheres no Brasil, podendo ser considerado um marco do princípio da organização de mulheres cansadas de serem mortas. É verdade, que Ângela Diniz era uma socialite mineira envolvida em diversas polêmicas e que, talvez por isso, o seu caso tenha sido de grande repercussão na imprensa e na sociedade brasileira. Mas é importante entender que a partir deste e de outros casos de feminicídio de mulheres da alta sociedade surgiu o movimento de mulheres da cidade de Cabo Frio/RJ, à época. A partir do resgate desse caso e considerando as mudanças no cenário político nacional, analisaremos como tal crime desencadeou o movimento de mulheres na Região dos Lagos/RJ e como este movimento foi influenciado – e influenciou – o movimento feminista nacional.

O caso Ângela Diniz será abordado a partir do podcast “Praia dos Ossos”, uma produção original da Rádio Novelo, no qual Branca Vianna, presidente da Rádio Novelo, conduz, ao lado de Flora Thomson-De Vaux, o documentário que discorre sobre o crime de assassinato de Ângela na Praia dos Ossos, em Cabo Frio/RJ. Ao longo de seus episódios são apresentados os personagens que estiveram de forma direta ou indireta na história, antes, durante e depois do primeiro e segundo julgamento de Doca Street, autor do assassinato. Além desta fonte serão utilizados artigos de jornais, relatórios de pesquisa sobre violência de gênero e referências bibliográficas para análise das mudanças no movimento feminista da região, desde aquele período até o momento atual.

3 O Caso Ângela Diniz e o Movimento Feminista brasileiro: Quem ama não mata

O crime da Praia dos Ossos - noticiado em diversos jornais do país, por se tratar de dois envolvidos da elite da época - abalou a sociedade brasileira. O assassinato de Ângela Diniz por Doca Street, seu namorado, aconteceu em 1976, quando a vítima tinha 32 anos. No julgamento, em 1979, na cidade de Cabo Frio/RJ, na tentativa de inocentar seu cliente, Evandro Lins e Silva, o advogado de Doca utilizou o argumento de legítima defesa da honra, o qual atribuía à mulher responsabilidade pela

sua própria morte ou agressão. Em outras palavras, segundo esta tese, um homem poderia matar a esposa ou namorada em caso de traição⁶.

Após 21 horas de julgamento, Doca foi condenado a dois anos de reclusão, com direito a redução de parte da pena. O fato é que como já havia cumprido cerca de um terço de sua pena, após o julgamento o réu saiu do fórum pela porta da frente, aplaudido por uma multidão. Após o primeiro julgamento, alegando que o resultado do júri tinha sido “manifestamente contrário à prova dos autos”, isto é, que não havia provas que comprovassem que o caso era um “excesso de legítima defesa” (Praia dos Ossos, 2020), a promotoria recorreu à sentença para que o mesmo fosse anulado.

Em 1980, no julgamento dos casos de feminicídio de Eloísa Ballesteros e Maria Regina Santos Souza Rocha, mortas pelos respectivos maridos, em Belo Horizonte/MG, os advogados de ambos também utilizaram o argumento de legítima defesa da honra, questionando a moral de ambas as mulheres.

Todos estes casos, que envolveram mulheres da alta sociedade brasileira à época, tiveram grande repercussão nacional e geraram revolta entre mulheres de todo o país. Influenciadas por estes casos, as mulheres do movimento feminista mineiro organizaram e realizaram uma manifestação em defesa do direito à vida das mulheres, na igreja São José, no Centro da cidade de Belo Horizonte/MG e criaram em conjunto com Coletivos de Mulheres de outras cidades o Manifesto “Quem ama, não mata”, reivindicando a superação da discriminação entre sexos seja econômica, política, cultural. Se propunham a lutar contra a violência física, psicológica, social e criação de um mundo com todos os seres humanos com direitos respeitados. (Medeiros, 2011).

Em entrevista para a Rádio Novelo para o Podcast uma das manifestantes da época, relata o seguinte:

(...) Tinha umas quatrocentas pessoas. O que, pra época, é... e era muito bonito porque, se você considerar ali a escadaria da Igreja São José, não havia grades, e a gente pediu que as pessoas levassem flores, e teve uma empresária que nos deu um caminhão de rosas vermelhas. Então as pessoas portavam, as mulheres portavam rosas vermelhas e velas acesas na mão, então foi um ato teatral como a gente queria, né. Então nós fizemos o ato no adro da igreja, também com o sentido de crítica ao casamento proposto pela Igreja, né. Veja só: o ato começava com uma leitura, no momento do meu manifesto, que começava com um poema anônimo de um senhor que está partindo pra guerra e entrega a chave do cinturão de castidade para a sua senhora. Então eu dizia que isso era uma manifestação de amor; e em Minas, mais de mil anos depois, os homens matavam as mulheres que queriam deles se separar. (Praia dos Ossos, 2020).

Ademais, o movimento Quem Ama não Mata foi se fortalecendo e construindo o tom para o segundo julgamento de Doca Street, em 1981. As mulheres encontraram no movimento feminista uma forma de se expressar e lutar por suas vidas e exigir justiça para as vítimas de feminicídio. Em entrevista para a Rádio Novelo, Paulo “Badhu”, testemunha do caso, afirma que “Mulher não saía pra rua, tinha medo. Aí com cartazes, com tudo, quebrando. E dominaram tudo. É, elas impuseram um medo nos jurados, a verdade é essa. Os jurados ficaram com medo das mulheres” (Praia dos Ossos, 2020). As mulheres se organizaram para acompanhar o julgamento no Fórum e levaram cartazes e faixas que diziam “O silêncio é cúmplice da violência”; “Sem punição, mais mulheres morrerão”; “Condenação para Doca”; e “Abaixo a discriminação”. Como resultado dessas mobilizações ao longo dos anos desde o assassinato, Doca Street foi condenado a 15 anos de prisão. O que foi considerado uma vitória pro movimento feminista. Esta foi uma luta para tratar um feminicídio específico, de Ângela Diniz, marco de uma história interrompida que poderia ter sido esquecida. Mas as mulheres organizadas se juntaram para fazer justiça.

Paralelamente a tudo isso, internacionalmente o debate de gênero vinha crescendo e se fortalecendo, desde 1960 e 1970, com repercussão no movimento feminista nacional, como se verá na

⁶Importante observar que tal argumento não consta no Código Penal Brasileiro.(BRASIL, 2023)

próxima seção.

4 Movimento de Mulheres ao longo dos anos 1960-1990

Nos anos sessenta e setenta do século XX, tivemos dois marcos importantes que inspiraram o movimento feminista brasileiro: a instituição do Ano Internacional da Mulher (1975) e a criação da Década da Mulher (1976-85), promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Importante salientar que o movimento feminista foi organizado para atuar nas questões gerais, pois partia do princípio de que temas como a fome, a miséria, a desigualdade social, dentre outros, não poderiam ficar fora de qualquer luta específica (Pinto, 2003, p. 45). No campo da pauta de gênero, a maior luta era contra a tese de “legítima defesa da honra”.

Em 1980 começava o lento processo de abertura política e redemocratização no Brasil (Arruda, 2019). Com a promulgação da Lei de Anistia⁷, que trouxe de volta para o país as mulheres exiladas na Europa e, com elas, o recém constituído movimento feminista europeu, que organizaram o “Círculo das mulheres brasileiras em Paris” por militantes do grupo Campanha em 1975 e 1976, junto com o Movimento Revolucionário 08 de outubro (MR-8) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB) (Marques, 2015).

Ainda em 1980, como já dito na seção anterior, diversos coletivos de mulheres assinaram o Manifesto “Quem ama, não mata”, em solidariedade às mulheres mineiras - Eloisa Ballesteros Stacioli e Maria Regina Santos de Souza Rocha - assassinadas pelos seus respectivos maridos. Neste manifesto é possível perceber a consciência do debate de violência de gênero e novamente a luta contra a colaboração do tribunal em julgar as mulheres mortas, não os réus. O que elas defendem é que “Não vamos admitir que, sob alegação de uma ‘pretensa legítima defesa da honra’, tentem se transformar as vítimas em réus, como no caso Doca Street, baseado na exploração dos sentimentos e da vida mais íntima dessas mulheres.” (Medeiros, 2011, p. 8).

A partir de 1980, as mulheres organizadas em movimentos e coletivos passaram a realizar encontros, elegendo como principais pautas do movimento feminista a luta pelo enfrentamento da violência doméstica e contra o controle da natalidade. Essa década marca, ainda, o início do debate de políticas públicas voltadas para as mulheres, que se iniciou em São Paulo e que, aos poucos, foi se espalhando no país. Nasceram dessas mobilizações, as primeiras ações voluntárias das militantes feministas para acolher e atender mulheres vítimas de violência. O SOS-Mulher foi um marco na história.

Entretanto, a literatura demonstra que existia uma diferenciação socioeconômica, política e cultura entre as mulheres que participavam do movimento feminista. As “cultas e politizadas” que entendiam mais profundamente as causas e consequências do problema. E as mulheres atendidas, que em sua maioria eram pobres, negras, com baixa escolaridade e com muitos filhos. A partir desta diferenciação desenvolveu-se, no país, ao longo dos anos 1980 e 1990, o “feminismo de prestação de serviços” isto é, o feminismo profissionalizado das organizações não-governamentais (ONGs) (Pinto, 2003, p. 81-82).

O SOS Mulher criou cartilhas para orientar as mulheres vítimas de violência. Entretanto, o que se seguiu é que mesmo com todo esforço das mulheres organizadas, a falta de políticas sociais, falta de estrutura, apoio e serviços, levavam as vítimas a retornarem com o ciclo de violência, muitas vezes voltando à convivência com os autores da violência sofrida. Por outro lado, a experiência do SOS Mulher serviu de referência em serviços públicos de atendimento às mulheres vítimas de violência em

⁷“A reparação aos perseguidos políticos é uma conquista jurídica presente desde a promulgação da Lei de Anistia brasileira (lei n. 6.683, de 1979) – marco legal fundante da transição política brasileira –, que previu, para além do perdão aos crimes políticos e conexos, medidas de reparação como, por exemplo, a restituição de direitos políticos e o direito de reintegração ao trabalho para servidores públicos afastados arbitrariamente. É fundamental compreender que a Lei de Anistia no Brasil é fruto de uma reivindicação popular e constitui-se também em um ato de reparação.” (Abrão, 2011, p. 119)

todo Brasil. Apesar de ser uma referência para ações até estatais, o movimento não obteve sucesso na luta relacionada à conquista de direitos. Os movimentos feministas, com suas diversas vertentes que não serão aprofundadas neste artigo, desde então têm mudado significativamente suas características. Um desses movimentos que ainda atuam nos dias de hoje é o Movimento de Mulheres Olga Benario. E dando um salto ao longo do tempo, abordaremos as primeiras experiências de luta deste movimento a partir da ocupação de imóveis públicos abandonados que ganharam uma nova função social: salvar a vida das mulheres.

5 Luta por políticas que defendam a vida feminina: O Movimento de Mulheres Olga Benario

O Movimento de Mulheres Olga Benario se organizou em 2011, após a Primeira Conferência Mundial de Mulheres em Caracas, capital da Venezuela, onde participaram mais de 40 países, incluindo o Brasil, com a representação de 21 delegadas. Em 2018, o Movimento já estava presente em 17 estados do país, se organizando através de coordenadorias nacionais, estaduais, municipais e núcleos, construindo as pautas feministas e possibilitando um espaço de formação política, econômica e social, com o objetivo de promover as lutas feministas a nível local, regional e nacional (Cartilha do Movimento de Mulheres Olga Benario, 2016).

O Movimento adota a perspectiva do feminismo classista, que compreende que a origem da opressão de gênero está atrelada ao surgimento da propriedade privada dos meios de produção e das relações sociais existentes. Desta forma, a emancipação das mulheres só será possível com o fim da sociedade capitalista e a construção de uma nova sociedade (Mustafa; De Tommasi, 2018).

“Lutar para ampliar as políticas públicas para as mulheres” (Cartilha do Movimento de Mulheres Olga Benario, 2016, p. 1) e “pelo fim da exploração capitalista sobre a classe trabalhadora e a conquista de uma nova sociedade, onde todos nossos direitos sejam respeitados e nossa condição de mulher seja valorizada: a sociedade socialista” (p. 8) constituem as maiores lutas do Movimento. Ou seja, a luta do Movimento de Mulheres se dá em torno das cobranças de políticas públicas que sejam efetivas contra o feminicídio, entretanto, não se limitam a este ponto. O Olga acredita que a alteração do sistema capitalista é o que realmente seria capaz de mudar significativamente a condição de gênero. O Movimento de Mulheres tem como objetivo estabelecer nos municípios onde está presente Casas de Referência para atender mulheres em situação de violência sexual, física, psicológica, patrimonial, digital e entre outras. O Movimento se propõe a acolher as vítimas além do que é oferecido pelos serviços públicos (quando tem) e através do trabalho da casa, ensinar a prevenção da violência, valores de igualdade e empatia para com o próximo. Além de desenvolver cursos profissionalizantes para dar independência financeira para as mulheres, rodas de conversa e formações sobre assuntos inerentes à realidade das mulheres (Mustafa; De Tommasi, 2018).

Neste sentido, desde 2016 o Movimento de Mulheres Olga Benario realiza ocupações feministas em todas as regiões do país. De 2016 até o presente momento foram realizadas e possíveis de encontrar registros de mais de 27 ocupações (Quadro 1).

Quadro 1 – Ocupações do Movimento de Mulheres Olga Benário

Ano	Nome da Ocupação	Localização	Situação atual
2016	Casa de Referência da Mulher Tina Martins	Belo Horizonte, MG	Em funcionamento; regularizada com imóvel cedido pelo governo estadual.
2016	Casa de Referência da Mulheres Mulheres Mirabal	Porto Alegre, RS	Em funcionamento; integra o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher
2017	Casa de Referência da Mulher Helenira Preta	Mauá, SP	Despejada em março de 2022.
2018	Ocupação da Mulher Negra – Helenira Preta II	Mauá, SP	Despejada
2021	Casa da Mulher Trabalhadora Carolina Maria de Jesus	Santo André, SP	Regularizada com imóvel cedido pela prefeitura.
2021	Casa de Referência Preta Zeferina	Salvador, BA	Em funcionamento
2021	Casa Laudelina Campos de Melo	São Paulo, SP	Em funcionamento; enfrenta processo de reintegração de posse
2022	Casa de Referência da Mulher Soledad Barrett	Recife, PE	Despejada em junho de 2022
2022	Casa de Referência Preta Simoa	Fortaleza, CE	Em funcionamento
2022	Casa de Referência da Mulher Almerinda Gama	Rio de Janeiro, RJ	Em funcionamento; enfrenta processo de reintegração de posse
2022	Casa de Referência Antonieta de Barros	Florianópolis, SC	Despejada
2022	Casa de Referência da Mulher Ieda Santos Delgado	Guará, DF	Despejada em dezembro de 2022
2022	Casa de Referência da Mulher Ieda Santos Delgado II	Brasília, DF	Em funcionamento
2023	Casa Ednéia Ribeiro	Belo Horizonte, BH	Despejada em junho de 2024
2023	Casa de Referência da Mulher Maria Lúcia Petit Vive	Campinas, SP	Despejada em fevereiro de 2025
2023	Ocupação de Mulheres Anália de Souza Melo Alves	Natal, RN	Em funcionamento

Continua na próxima página

Quadro 1 – Continuação da página anterior

Ano	Nome da Ocupação	Localização	Situação atual
2023	Casa de Referência da Mulher Inês Etienne Romeu	Cabo Frio, RJ	Em funcionamento, enfrenta processo de reintegração de posse
2023	Ocupação Cleone Santos	São Bernardo do Campo, SP	Em funcionamento
2023	Ocupação de Mulheres Sarah Domingues	UFBA, BA	Despejada
2024	Casa de Referência da Mulher Rose Nunes	Curitiba, PR	Despejada em junho de 2024
2024	Casa da Mulher Operária Alceri Gomes	São Caetano do Sul, SP	Despejada em março de 2025
2024	Ocupação Rayana Alves	Belém, PA	Em funcionamento
2024	Ocupação Sala Lilás Janaína Bezerra Vive	USP, SP	Em funcionamento
2024	Ocupação da Mulher Trabalhadora Alexina Crespo	Suzano, SP	Em funcionamento
2024	Casa Damaris Lucena	São Paulo, SP	Despejada
2025	Casa da Mulher Trabalhadora Damaris Lucena	São Paulo, SP	Em funcionamento
2025	Casa de Referência à mulher Rose Nunes	Curitiba, PR	Em funcionamento

(Elaboração própria, 2025)

Para desenvolver seus objetivos, no dia 08 de março de 2016, no dia internacional das mulheres, o Movimento de Mulheres Olga Benário organizou em Belo Horizonte/MG a Casa Abrigo Tina Martins, a partir da ocupação de um prédio público sem função social. As mulheres organizadas reivindicavam

(...) ampliação de delegacias especializadas para as mulheres; por mais casas abrigos; apoio jurídico, psicológico e de saúde para as mulheres vítimas de violência; pela discussão das questões de gênero nas escolas; pela reeducação (e punição) dos agressores e pela humanização no atendimento às vítimas pelos órgãos jurídicos e de saúde. (MMOB, 2016, p. 18)

A Casa Abrigo Tina Martins foi a primeira ocupação feminista da América Latina, uma experiência inicial de um modelo de casas de referência para auxiliar mulheres em situação de violência doméstica e social (Castro e Xavier, 2025). Em 2022, com apenas 6 anos de experiência, a casa já havia acolhido diretamente mais de 1000 mulheres, chegando a no mínimo 4000 pessoas - em sua grande maioria mulheres negras, trabalhadoras, periféricas e pobres, - atendidas indiretamente (A Verdade, 2022).

Ao longo dos anos, o Olga foi se fortalecendo e demonstrando resistência. Resultado disso foi o aumento do número de ocupações e, inclusive, a reativação de ocupações antigas que por vezes haviam sido desativadas (Quadro 1). Na experiência em Mauá/SP, por exemplo, a proposta era de gestão compartilhada com a Prefeitura, com o argumento de que o Estado tem perpetuado a violência

a partir da revitimização das mulheres por parte de profissionais que não estão preparados para lidar com essas situações e acabam por culpabilizar as mulheres (Mustafa; De Tommasi, 2018).

As Casas de Referência sobrevivem a partir da força voluntária das militantes que organizam a ocupação enquanto espaço e a própria gestão, já que não tem fomento público. Vale destacar que ao atribuir os nomes às casas de referência, o Movimento homenageia mulheres revolucionárias e heroínas. Janaína Bezerra era uma aluna da Universidade de São Paulo (USP), violentada sexualmente e assassinada; Inês Etienne foi a única sobrevivente da Casa da Morte, local para onde, durante a ditadura militar, foram levados e barbaramente torturados e mortos muitos militantes que lutavam pela democracia no Brasil (A Verdade, 2025). Sarah Domingues era uma jovem militante socialista, assassinada, em 2024, enquanto fazia trabalho de campo para o seu trabalho de conclusão de curso em arquitetura e urbanismo pesquisando sobre formas de solucionar casos das enchentes em um bairro do Rio Grande do Sul, palco da maior tragédia de enchente vista no último ano (G1, 2025b); Tina Martins foi uma militante que lutou pelos direitos dos trabalhadores no início do século XX (G1, 2025a).

Entre a primeira e segunda geração dos movimentos feministas houve uma mudança significativa no perfil socioeconômico, político e cultural das mulheres que compõem estes movimentos. Como já dito, os primeiros eram constituídos por mulheres da classe alta e média alta; os novos constituídos majoritariamente por mulheres trabalhadoras, sobretudo negras, duplamente oprimidas e exploradas (Gonzalez, 2020).

As mulheres mais discriminadas que deram vida à Casa de Referência Inês Etienne Romeu, em Cabo Frio/RJ, a primeira ocupação de mulheres do interior do estado do Rio de Janeiro; a 19ª da América Latina. Além de atuarem na luta pelos seus direitos, as mulheres desta casa encontraram, também, formas de denunciar os casos de feminicídio, que não pararam de ocorrer na cidade.

Cabo Frio é uma cidade média - com mais de 221 mil habitantes – localizada na Região dos Lagos, no Estado do Rio de Janeiro. Famosa por suas belezas naturais, o município atrai turistas de todo o país durante praticamente todo o ano, mas mais intensamente no verão. O Correio Brasiliense, de 05/06/2025 traz uma manchete divulgando o município como “A cidade que virou queridinha de famílias e aposentados em busca de qualidade de vida”. O que o Correio Brasiliense não noticiou é que Cabo Frio está entre as 100 cidades mais violentas do país e ocupa a 8ª posição no ranking das cidades mais perigosas do Rio de Janeiro. Segundo o Atlas de Violência (2024), Cabo Frio soma 36,5 mortes por 100 mil habitantes.

Em estudo realizado recentemente, Moraes (2023) analisou o impacto da mortalidade por causas externas – que englobam os óbitos por suicídios, violência doméstica, acidentes de trânsito, acidentes de trabalho, homicídios, dentre outros (Melo; Sá; Sobrinho, 2016) - nos Arranjos Populacionais de Campos dos Goytacazes, Macaé-Rio das Ostras e de Cabo Frio⁸. A autora estimou, para o arranjo populacional de Cabo Frio, uma média anual de 248 óbitos – sendo 209 masculinos e 39 femininos - por causas externas, para o quinquênio 2010-2014, e de 239 óbitos – 201 masculinos e 38 femininos - para o quinquênio 2015-2019. Os óbitos totais por causas externas representam 14,8% do total de óbitos nos municípios do arranjo, no quinquênio 2010-2014, e 12,4% do total de óbitos, no quinquênio 2015-2019, respectivamente. A autora observa que “além de ser seletiva por sexo, a mortalidade por causas é também seletiva por idade, concentrando-se entre jovens adultos” (Moraes, 2023, p. 79) e que “entre 2010-2014, do total de óbitos femininos por causas externas, em torno de 40% ocorreram entre mulheres de 15 a 39 anos, para 2015-2019 esse percentual estava em torno de 32%” (Moraes, 2023, p. 80).

Ao analisar a mortalidade por sub-grupo de causas externas, Moraes (2023) ressalta que, dentre as mulheres, se destacam os óbitos por agressões (homicídios) e acidentes de trânsito, e chama

⁸O Arranjo populacional de Campos dos Goytacazes inclui o município de São João da Barra; o de Macaé-Rio das Ostras, inclui, também, os municípios de ; e o Arranjo de Cabo Frio...

atenção para o aumento de 8,6% para 26,1% dos óbitos femininos por 'eventos (fatos) cuja intenção é indeterminada'. Segundo a autora:

(...) neste grupo, estão reunidos os óbitos por enforcamento, estrangulamento e sufocação, afogamento e submersão, disparo de arma de fogo, envenenamento, queda, dentre outros, de intenção não determinada. Esses resultados podem estar indicando um aumento do feminicídio no município, entre o primeiro e segundo quinquênios estudados (o que requer maior investigação, inclusive qualitativa, para constatação desta hipótese que, se confirmada, deve ser considerada para efeitos de políticas públicas para redução da mortalidade por causas externas entre mulheres) (Moraes, 2023, p. 81)

Revisitando a base de dados do Datasus, verificamos que no período de 2010-2023, os óbitos femininos por “evento (fatos) cuja a intenção é indeterminada” corresponde a 20,70% do total de óbitos femininos no estado do Rio de Janeiro. Nos chama atenção, ainda, o fato de que dentre os homens, essa causa de morte é responsável por um percentual bem menor de óbitos - 10% do total de óbitos masculinos – comparativamente aos óbitos femininos. Além disso, verificamos que as agressões (por meio de drogas, por pesticidas, por outros produtos químicos, por material explosivo, por meio de força corporal, agressão sexual por meio de força física, negligência e abandono e por outros meios não especificados) foram responsáveis, entre os anos de 2010-2023, por 11% do total de óbitos femininos.

Diante do quadro retratado, e do possível aumento do feminicídio no município, a Casa de Referência Inês Etienne Romeu adquire um papel ainda mais importante no combate à violência contra a mulher no município de Cabo Frio.

6 A Casa Inês Etienne Romeu: uma história de luta e resistência

Alguns casos de violência contra a mulher em Cabo Frio e em outros municípios da Região dos Lagos, são denunciados pelo Movimento Olga Benário pelo Instagram da Casa de Referência Inês Etienne. A exemplo citamos os casos de Florencia Aranguren, assassinada em um passeio com seu cachorro em Armação dos Búzios em 2023; das irmãs Agatha (14 anos) e Júlia (19 anos), encontradas mortas, em área de mata, com marcas de violência no corpo, em Búzios. Ivone (42 anos), assassinada pelo ex-companheiro, em Armação dos Búzios; Rafaela Torres, encontrada morta em Saquarema, em 2024; Ariella Nascimento, vítima de violência e transfobia, em 2024, em Cabo Frio; Rosineri Ramos, de 47 anos, encontrada morta com marcas de violência, na Praia do Forte, uma das mais famosas de Cabo Frio. Estes são apenas alguns dos vários casos de feminicídio na região. Além de ser uma casa para acolher, a Inês também se propõe a manter viva a memória das vítimas de feminicídios, expondo em seu portão fotos das reportagens ou fotografias dessas mulheres.

A Casa de Referência além de cumprir um importante papel de denúncia, também se organiza para se estruturar para ser um espaço para as mulheres em situação de vulnerabilidade. A Casa possui um Bazar, cozinha popular, horta e espaço para oficinas que incentivam a autonomia e independência financeira das mulheres.

Além disso, a Casa se sustenta com doações e trabalho voluntário das militantes e profissionais como psicólogas, assistentes sociais, advogadas, assistentes sociais, etc e financiamento coletivo (vaquinha). A “ocupação se propõe a ser um espaço de acolhimento, uma casa de referência para receber as mulheres que são vítimas de violência e que não têm pra onde ir, porque as políticas públicas da região não contemplam essa demanda.” (Amantea, 2024) Entretanto, a violência contra as mulheres também se direciona a este espaço.

A Casa que se propõe a ser uma ferramenta para salvar a vida das mulheres da Região dos Lagos/RJ vem sofrendo, no período recente, ataques sistemáticos por grupos de políticos de extrema-direita e por homens não identificados. O primeiro ataque ocorreu em 08 de março de 2025, Dia

Internacional da Mulher. Na ocasião foi ateado fogo na faixa de identificação da ocupação (Figura 1). Na semana seguinte, o cadeado do portão de entrada foi violado. Dias depois, a pintura do muro da Casa de Referência, de autoria de uma artista da cidade (Figura 3), foi completamente coberta de branco (Figura 3), durante a madrugada de 26 de junho de 2024. É fato que o movimento vem denunciando esses ataques, mas que até o presente momento o poder público local não tomou providências mais efetivas para inibi-los. Pelo contrário, a Procuradoria do Município de Cabo Frio e do prefeito Sérgio Azevedo (PL) expediu uma notificação extrajudicial de despejo expedido pela prefeitura em fevereiro de 2025 (Sepe Lagos, 2025).

A plenária foi convocada no sentido debater esses ataques, para organizar a segurança da casa, atividades de panfletagem com objetivo de conversar com a população sobre os ataques. Além de debater sobre a mobilização pela cessão de uso prometida pela prefeitura de Cabo Frio desde o dia 25 de novembro de 2024.

Uma pequena parcela de pessoas, que vieram protagonizando os últimos ataques, estiveram presentes na plenária para ameaçar a ocupação, inclusive com ameaças de incendiar o espaço. A plenária só pôde ser continuada quando, a partir de muita conversa, apresentação do trabalho do movimento e apoio dos moradores, esse grupo se retirou da ocupação. (A Verdade, 2025)

Figura 1: Faixa de identificação da casa Inês Etienne



Foto: Olga/RJ reprodução A Verdade, 25 jun. 2024

Figura 2: Muro da Casa feita por uma artista da região



Foto: Olga/RJ reprodução A Verdade, 25 jun. 2024

Figura 3: Muro vandalizado



Foto: Olga/RJ reprodução A Verdade, 25 jun. 2024

Percebe-se, afinal, uma mudança no movimento feminista da época do caso de Ângela quanto as práticas e as próprias militantes. No dia 18 de abril de 2025, dia do feriado da Paixão de Cristo, o Movimento de Mulheres Olga Benario se prepararam para enfrentar um despejo da Casa de Referência e com a possibilidade de demolição do prédio. (A Verdade, 2025) O movimento se organizou durante a semana para esse enfrentamento a prefeitura mobilizando apoiadoras do bairro, buscando apoio presencial de militantes do Movimento Olga de outras cidades como Araruama, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro e ainda parlamentares do campo da esquerda como Talíria Petrone (PSOL) que gravou um vídeo contra o despejo da casa.

Durante o final de semana reuniões de preparação de estratégia aconteceram. Como uma forma de contextualizar, além de tentar o despejo da casa, o prefeito de Cabo Frio, Dr. Serginho adota uma política higienista que pode ser percebida quando enviou 12 pessoas em situação de rua a outro estado com promessas de emprego. (A Gazeta, 2025) E ainda mais, o prefeito foi alvo da Polícia Federal que investiga o caso de corrupção. (O Globo, 2025). Neste sentido, uma grande faixa de TNT preto com tinta branca escrita “Prefeito Dr. Serginho corrupto e odeia as mulheres” ficou pronta para levar para as atividades, além de um panfleto que denunciou a ofensiva do despejo e a falta de diálogo entre o movimento e a prefeitura. Além disso, vigílias para que militantes dormissem na casa (que costuma

estar fechada durante a noite por não se tratar de casa abrigo) foram feitas para manter a casa sempre ocupada. Durante o dia, várias visitas foram feitas. Por exemplo, uma senhora que recebe apoio do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e da Casa visitou dois dias do final de semana a casa para se alimentar e socializar com as jovens militantes que a acolheram e a orientam quanto os seus remédios, pois dias antes, ela estava tomando um que lhe fez passar mal e vomitar na casa. Outra visita foi de um filho com cerca de 25 anos, de uma das mulheres vítimas de feminicídio da região, morta pelo pai de seu filho.

No domingo de páscoa, as mulheres foram para a feira de Cabo Frio com megafone, panfleto e o Jornal A Verdade com a capa sobre a escala 6x1 para denunciar essa tentativa da prefeitura. As falas das mulheres denunciavam os casos de feminicídios, cobravam o diálogo com a prefeitura. Diziam que não tinha políticas sociais para mulheres e que eram as mulheres, em sua maioria pobres e trabalhadoras que estavam morrendo. Apelando pela identificação das que estavam trabalhando na feira. Entre os frequentadores da feira, que não estava tão cheia como se esperava, estavam em sua grande parte homens. Onde estão as mulheres que fazem feira no final de semana? Desconfio que na cozinha fazendo o almoço de páscoa para suas famílias.

Mas essa tática de ir para rua denunciar esses casos não é novo, descrevemos aqui que durante o 2º julgamento de Doca Street as mulheres se mobilizaram para estar com suas faixas e cartazes cobrando justiça que com luta, foi conquistada. Mas pode-se notar a mudança de perfil dessas mulheres. Uma das principais preocupações da Casa de Referência Inês Etienne Romeu é quanto à estrutura financeira para fazer as ações. De um dia pro outro, em grupo de mensagens de apoiadoras o que chamam de “correntinha” mobilizavam aquelas que estavam fora da casa, para ajudar quem estava dentro “Boa noite pessoal! Continuamos em vigília na casa, hoje outro grupo de companheiras irá dormir, e estamos precisando de apoio com a janta! Quem puder contribuir, favor mandar pra esse pix aqui” e a mensagem continuava com a chave pix. A refeição daquela noite foi cachorro quente. Mas ainda mais, no panfleto, nas redes sociais, nas falas na reunião se passavam na preocupação que a casa e o movimento precisava de recurso financeiro para se proteger e se manter.

7 Considerações finais

Este artigo caminha lado a lado com o compromisso da denúncia, valorização do trabalho militante e da perspectiva da luta pela vida das mulheres. Trabalhamos ao longo do texto tratando sobre o emblemático caso Ângela Diniz, mulher da classe alta mineira que, em vida, rejeitava a perspectiva feminista (Praia dos Ossos, 2020). Este caso escancara para a sociedade brasileira que as mulheres vinham, e continuam sendo vitimadas e revitimizadas. Primeiro pelos autores da violência que no Brasil, a maior parte ocorre no contexto doméstico (Atlas da violência, 2025), depois pelo Estado, que não investe suficientemente em políticas públicas em prol da vida feminina.

O caso Ângela Diniz foi de grande importância no sentido incipiente de um movimento de mulheres no Brasil. A luta por justiça abriu caminhos para outras mulheres denunciarem outros casos e organizando ferramentas para defender suas próprias vidas. Ao longo dos anos essas ferramentas foram sendo desenvolvidas, o movimento feminista foi sendo disputado pelos setores mais pobres da população e defendendo além da vida das mulheres, também lutando por um novo sistema econômico, o socialismo.

A mudança entre os movimentos também se dá no entendimento que somente a luta pela igualdade de gênero não seria o suficiente para sanar o problema público. Então, além de disputar as políticas públicas, também aborda a luta por uma mudança de sociedade. Encontraram como outra ferramenta as ocupações urbanas de mulheres que além de servir como Casa de Referência, disputa o

território das cidades, a consciência e cobra constantemente políticas públicas por parte dos governos. Essas casas ajudam a enfrentar nestas instituições não só a violência do machismo, mas do capitalismo contra seus corpos e sua autonomia (Mustafa; De Tommasi, 2018) e lutam por um ideal socialista.

As ocupações urbanas se apresentam como uma das maiores respostas práticas à insatisfação da sociedade, da classe trabalhadora, ou de um setor dela, como as mulheres. Compreendemos que as políticas públicas são urgentes — ainda assim, setores institucionais, como a prefeitura de Cabo Frio, e também outros governos (como mostramos no Quadro 1), continuam a retroceder na luta das mulheres, reforçando o sistema desigual que vivemos. Nesse sentido, o capitalismo se organiza para perpetuar essa opressão, enquanto mulheres com viés revolucionário constroem alternativas de proteção. As casas de referência são um exemplo de como elas lutam por suas vidas e pelo direito de transformar esse sistema.

Referências

A VERDADE. **Casa de Referência Inês Etienne Romeu resiste a ataques fascistas em Cabo Frio (RJ)**. 25 jun. 2024. Disponível em: <https://averdade.org.br/2024/06/casa-de-referencia-ines-etienne-romeu-resiste-a-ataques-fascistas-em-cabo-frio-rj/>. Acesso em: 16 abr. 2025.

A VERDADE. **Reintegração de posse da Ocupação Inês Etienne Romeu é ataque às mulheres de Cabo Frio (RJ)**. 14 abr. 2025. Disponível em: <https://averdade.org.br/2025/04/reintegracao-ocupacao-ines-etienne-romeu/>. Acesso em: 22 maio 2025.

ABRÃO, P. A Lei de Anistia no Brasil: as alternativas para a verdade e a justiça. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 119–138, jan. 2011.

ARRUDA, P. F. A transição política no Brasil: da abertura à Constituinte (1974-1988). **Ponto-e-Vírgula**, São Paulo, n. 26, p. 4–15, 2019. 2º sem. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/51516>. Acesso em: 22 maio 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Banco de dados do Sistema Único de Saúde**. DATASUS. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sim/cnv/ext10rj.def>. Acesso em: 17 jun. 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS MULHERES. OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher: RASEAM**. Brasília, 2025. Ano 7 (mar. 2025).

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Tese da legítima defesa da honra é inconstitucional**. Notícias STF. 1 ago. 2023. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnovicias/tese-da-legitima-defesa-da-honra-e-inconstitucional/>. Acesso em: 22 maio 2025.

CAMPELLO, C. **Inês Etienne Romeu: a mulher que desafiou e sobreviveu à Casa da Morte**. 2 maio 2025. Disponível em: <https://averdade.org.br/2025/05/ines-etienne-romeu-a-mulher-que-desafiou-e-sobreviveu-a-casa-da-morte/>. Acesso em: 22 maio 2025.

CASTRO, J. d.; XAVIER, I. **Casa Tina Martins: 6 anos de luta e resistência**. 8 mar. 2022. Disponível em: <https://averdade.org.br/2022/03/casa-tina-martins-6-anos-de-luta-e-resistencia/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

CERQUEIRA, D. R. d. C.; BUENO, S. **Atlas da violência 2025**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/17165>. Acesso em: 17 jun. 2025.

FREITAS, C. **Só 12% da verba para ações contra violência a mulher foi pago pelo governo.** 30 abr. 2025. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2025/04/30/governo-paga-so-12-da-verba-para-novas-acoes-contr-violencia-a-mulheres.htm>. Acesso em: 16 jun. 2025.

G1. **“É nossa vida que está em jogo”, diz ativista da Casa de Referência da Mulher Tina Martins em BH.** 22 maio 2025. Disponível em:

<https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/e-nossa-vida-que-esta-em-jogo-diz-ativista-da-casa-de-referencia-da-mulher-tina-martins-em-bh.ghhtml>. Acesso em: 22 maio 2025.

G1. **Sarah Domingues: saiba como está o caso um ano após morte de estudante a tiros durante pesquisa de campo em Porto Alegre.** 24 jan. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2025/01/24/sarah-domingues-saiba-como-esta-o-caso-um-ano-apos-morte-de-estudante-a-tiros-durante-pesquisa-de-campo-em-porto-alegre.ghhtml>. Acesso em: 22 maio 2025.

GAMA, R. **Prefeito de Cabo Frio e deputado na mira da PF: quem são os alvos da operação que espalhavam fake news eleitorais.** 16 abr. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/04/16/prefeito-de-cabo-frio-e-deputado-na-mira-da-pf-quem-sao-os-alvos-da-operacao-que-espalhavam-fake-news-eleitorais.ghhtml>.

Acesso em: 23 maio 2025.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. *In*: POR um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LODI, V. **Prefeitura no RJ admite que enviou 12 pessoas em situação de rua ao ES.** 10 abr. 2025. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/prefeitura-no-rj-admite-que-enviou-12-pessoas-em-situacao-de-rua-ao-es-0425>. Acesso em: 23 maio 2025.

MARQUES, T. A esquerda brasileira exilada e o feminismo: a atuação política das brasileiras no Chile e na França (1968-1979). **Projeto História**, São Paulo, n. 52, p. 112–139, 2015.

MEDEIROS, L. “Quem Ama Não Mata”: A atuação do movimento feminista fluminense no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher perpetrada pelo parceiro íntimo. *In*: ANAIS do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo: [s. n.], 2011.

MORAES, M. X. **O impacto da mortalidade por causas externas na esperança de vida dos municípios produtores de petróleo da Bacia de Campos/RJ.** 2023. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ.

MUSTAFA, I.; DE TOMMASI, L. Mulheres e a Luta por Casa de Referência: A experiência do Movimento de Mulheres Olga Benário e o CRM Helenira Preta. **ÍANDÉ : Ciências e Humanidades**, São Bernardo do Campo (SP), v. 2, n. 1, p. 27–41, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/iande/article/view/43>. Acesso em: 3 jun. 2025.

PINTO, C. R. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro).

REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA. **Elas Vivem: um caminho de luta.** 5. ed. [S. l.]: Rede de Observatórios da Segurança, 2025.

SEPE LAGOS. **Sepe Lagos repudia as ameaças da Prefeitura de Cabo Frio contra a Casa de Referência Inês Etienne Romeu.** 7 fev. 2025. Disponível em: <https://sepelagos.org.br/2025/02/07/sepe-lagos-repudia-as-ameacas-da-prefeitura-de-cabo-frio-contr-a-casa-de-referencia-ines-etienne-romeu/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

TOKARSKI, C. P.; MATIAS, K. d. A.; PEINHEIRO, L. S.; CORREA, R. M. S. **De política pública à ideologia de gênero: o processo de (des)institucionalização das políticas para as mulheres de 2003 a 2020**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11863>. Acesso em: 20 maio 2025.

VIANNA, B. **Praia dos Ossos**. Rio de Janeiro: Rádio Novelo, 12 set. 2020. Podcast. Disponível em: <https://www.radionovelo.com.br/praiadosossos>. Acesso em: 22 maio 2025.